

Congresso rejeita CPI

Ed Ferreira/AE

Luiz Fernando Godinho

Da equipe do **Correio**

A pesar de terem atingido o governo federal e as pretensões eleitorais do PSDB na corrida presidencial, as denúncias de irregularidades no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce não conseguiram unir a oposição em torno da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o assunto.

Motivada principalmente pelo PT, a CPI tem poucas chances de sair do papel, pois não tem o apoio do PPS e está sendo vista com cautela pelo PDT, pelo PL e pelo PSB. Na base governista, o PMDB e o PSDB são contrários à CPI. E o PFL, mesmo sem exercer o papel de aliado confiável do Palácio do Planalto, deixou claro ontem que não apoiará a iniciativa petista.

A leitura comum feita por esses diferentes partidos é que uma CPI com forte conteúdo antigovernista em plena corrida presidencial beneficiaria apenas o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas de intenção de voto.

"Esta CPI não vai dar em nada, e apoiá-la seria fazer o jogo do PT e do PFL", disse ontem o líder do PPS na Câmara, deputado João Herrmann (SP). Para ele, o PT usaria a CPI para enfraquecer ainda mais o pré-candidato do PSDB à presidência da República, José Serra. E o PFL teria a CPI como um trunfo para conseguir a substituição de Serra e

O PESO GOVERNISTA

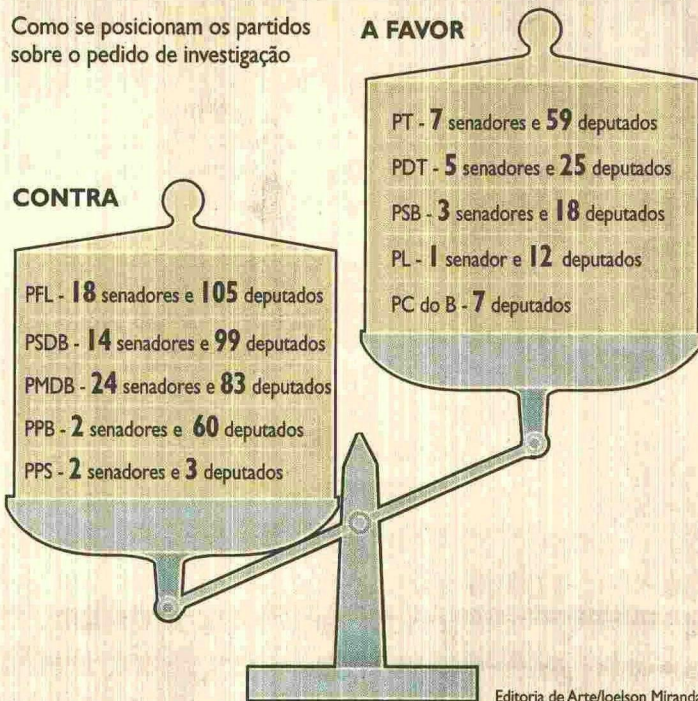
Como se posicionam os partidos sobre o pedido de investigação

CONTRA

PFL - 18 senadores e 105 deputados
PSDB - 14 senadores e 99 deputados
PMDB - 24 senadores e 83 deputados
PPB - 2 senadores e 60 deputados
PPS - 2 senadores e 3 deputados

A FAVOR

PT - 7 senadores e 59 deputados
PDT - 5 senadores e 25 deputados
PSB - 3 senadores e 18 deputados
PL - 1 senador e 12 deputados
PC do B - 7 deputados



Editoria de Arte/Joelson Miranda

voltar para o ninho governista.

Para o PPS do pré-candidato Ciro Gomes, a maneira mais eficiente de dar prosseguimento às denúncias é convocar o ministro Paulo Renato (Educação) e convidar o ex-ministro Luís Carlos Mendonça de Barros (Comunicações) para que expliquem, no Congresso, suas participações no episódio.

A criação da CPI será proposta formalmente hoje pelo líder do PT na Câmara, deputado João Paulo Cunha (SP), aos demais líderes da Casa. Mas o próprio partido admitia ontem que, sem o apoio do PFL, será praticamente impossível instalar a co-

missão e fazer com que ela investigue as irregularidades denunciadas no último final de semana pela revista *Veja*.

PFL FORA

Falando pelo PFL, o secretário-geral do partido, deputado José Carlos Aleluia (BA), afirmou ontem que é preciso "serenidade e bom senso" para discutir a criação dessa CPI, que tenderia a ser "menos investigatória e mais exibicionista" por causa do calendário eleitoral. "Temos que evitar um palanque eletrônico e deixar que o Ministério Público e

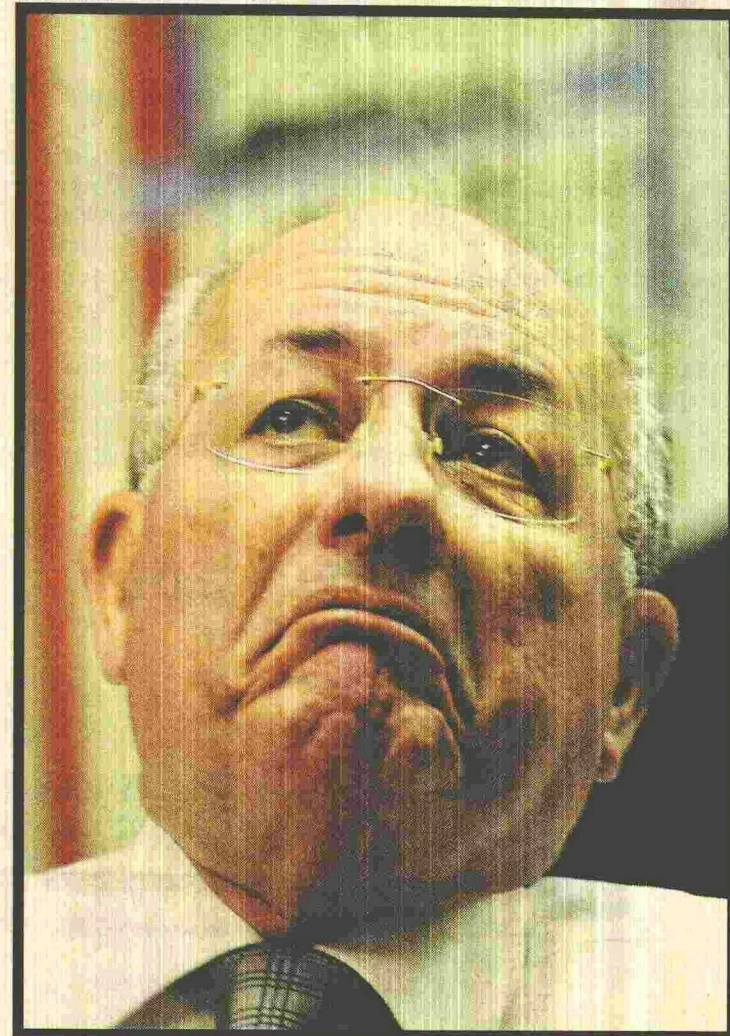
a Polícia Federal investiguem o caso", defende Aleluia.

O vice-presidente nacional do PFL, senador José Jorge (PE), também descartou a instalação de uma CPI para investigar as denúncias. Para ele, as investigações devem ser conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. A posição do PFL seria levada na noite de ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso, durante uma reunião no Palácio da Alvorada.

Para tentar convencer os demais partidos do Congresso de que não possui intenções eleitorais com a CPI, o PT vai sugerir que a comissão funcione por um período máximo de 60 dias e que seus trabalhos fiquem restritos ao período em que o economista Ricardo Sérgio de Oliveira ocupou a diretoria de Relações Internacionais do Banco do Brasil.

Oliveira é acusado de, em 1997, ter pedido em nome do PSDB R\$ 15 milhões ao empresário Benjamin Steinbruch para ajudá-lo a montar o consórcio que venceria o leilão de privatização da Vale do Rio Doce. Em 1998, o empresário relatou o fato ao ministro Paulo Renato e ao ex-ministro Mendonça de Barros, mas admitiu que não pagou a propina solicitada pelo ex-diretor do BB.

A proposta do PT prevê uma CPI mista, com participação de senadores e de deputados. Para que ela seja criada, é necessário o apoio escrito de um terço de cada casa, o que representa a assinatura de 27 senadores e 171 deputados federais.



JOSÉ JORGE: MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIA FEDERAL SÃO SUFICIENTES